



Foto: Paulo Guereta

■ Responsabilidade não pode ficar apenas com professores e gestores no nível da escola

■ Currículo, avaliações, materiais didáticos e formação precisam estar alinhados

■ Mudança nas práticas pedagógicas para ensinar no nível dos alunos requer apoio aos docentes

GESTÃO

Recomposição das aprendizagens exige capacidade coletiva

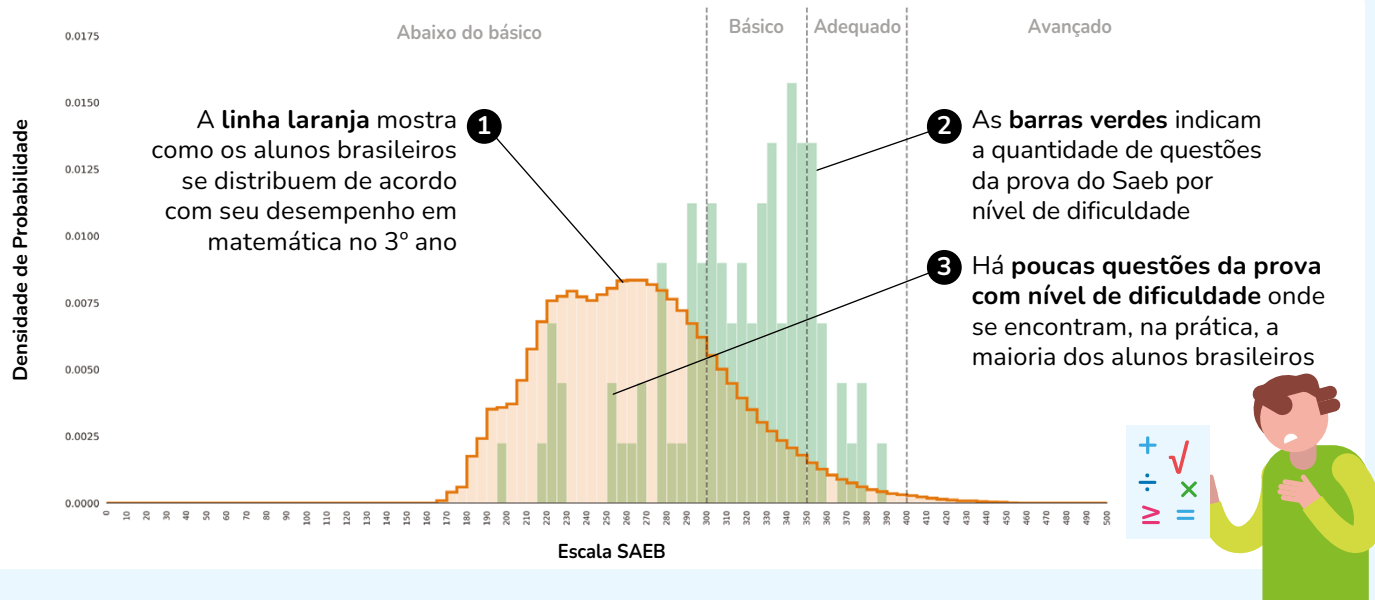
Priorização curricular, baseada numa teoria pedagógica que identifique habilidades essenciais e trajetórias esperadas de progressão. Avaliações que entreguem em tempo hábil aos professores as informações que eles precisam para identificar as necessidades de seus alunos. Apoio formativo e logístico aos docentes e gestores, garantindo as condições adequadas para adaptação de práticas pedagógicas. Aulas dadas de acordo com diferentes níveis de aprendizagem da turma. Monitoramento das estratégias de recomposição, para verificar se estão conseguindo recuperar aprendizagens atrasadas e criar condições para que os estudantes retomem o patamar esperado para sua série.

Mapa de Alinhamento: Matemática 2023

Brasil – 3ª Série Ensino Médio

Distribuição do Itens

Proficiência dos Alunos - Brasil



Essas foram questões norteadoras dos debates realizados no VI Seminário Internacional de Gestão Educacional, que teve como tema a recomposição de aprendizagens para ampliar futuros dos estudantes. Mais do que uma lista de tarefas fragmentadas, os especialistas foram unânimes em apontar a necessidade de coerência sistêmica nessas ações, para evitar que um punhado de expectativas irrealistas recaia sobre os ombros de professores e gestores na escola.

Os desafios são imensos, mas a boa notícia é que não partimos do zero. Conforme destacado no [último Boletim Aprendizagem em Foco](#) – a partir de diagnóstico de uma pesquisa realizada pelo MEC com apoio do Instituto Unibanco –, a recomposição tornou-se uma agenda institucional nas maiores redes estaduais e municipais, e um compromisso do país, assumido com o lançamento do [Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens](#), em 2024.

Algumas condições estruturais básicas já existem, mas são ainda insuficientes para assegurar as condições adequadas. O país já possui, por exemplo, um amplo sistema de avaliações externas (nacional e estaduais), mas esses dados ainda não retornam à escola em tempo hábil e nem com todas as informações necessárias para que o professor possa planejar sua estratégia pedagógica.

Um exemplo desse descompasso foi evidenciado em análise apresentada por Ricardo Madeira, gerente de desenvolvimento e gestão educacional do Instituto Unibanco. A pesquisa comparou a distribuição, por nível de dificuldade, dos itens (questões dos testes padronizados) do Saeb e de avaliações estaduais, e confrontou com a distribuição real dos estudantes, de acordo

com o desempenho nessas provas. A contraposição dessas duas variáveis mostrou que, em geral, os itens dos testes não estão adequados para identificar as necessidades dos alunos que estão nos níveis mais baixos de proficiência, proporção considerável do total no Brasil. Esse quadro é mais acentuado nos testes de Matemática.

Como enfatizou Madeira em sua fala, a solução para essa discrepância não seria simplesmente diminuir a dificuldade das provas. É preciso, antes de tudo, pactuar e explicitar a teoria de aprendizagem que orienta o currículo e as avaliações, para garantir que os professores tenham insumos adequados para o planejamento de suas estratégias pedagógicas, ao mesmo tempo em que a sociedade possa monitorar o progresso na aprendizagem dos estudantes ao longo do tempo.

Essa discussão foi retomada em outras mesas, sempre quando se debatia a necessidade de aprimorar tanto o caráter somativo (retrato do que os estudantes aprenderam ao final do processo) quanto o formativo (diagnóstico para orientar o trabalho pedagógico ao longo de todo o processo) das avaliações. Os dois objetivos não precisam ser excludentes, e múltiplos instrumentos alinhados a uma teoria pedagógica consistente podem cumprir essas funções.

As avaliações que permitem identificar lacunas de cada estudante não são apenas externas. Em sua fala no seminário, Barbara Born, gerente de políticas educacionais do Todos Pela Educação, argumentou que a avaliação formativa que efetivamente move o ponteiro da aprendizagem é aquela feita pelo professor. “A avaliação externa pode me dar uma fotografia, mas o processo de pensamento do aluno não fica tão evidente. Dois alunos podem não ter performedo bem num item, mas a dificuldade de cada um deles pode ser diferente.” A especialista também citou estudos recentes mostrando a importância de uma devolutiva bem estruturada aos alunos, e ressaltou a importância do apoio e formação adequada dos professores.

“A avaliação externa pode me dar uma fotografia, mas o processo de pensamento do aluno não fica tão evidente. Dois alunos podem não ter performedo bem num item, mas a dificuldade de cada um deles pode ser diferente.”

Barbara Born, gerente de políticas educacionais do Todos Pela Educação

Ruth Arce Jara, da Universidade Diego Portales, do Chile, também apresentou no seminário estudos indicando que a qualidade do feedback dado pelo professor ao aluno é essencial para a aprendizagem, mas que, para isso, é fundamental repensarmos o uso que é feito das avaliações na escola. “Se continuarmos avaliando apenas para atribuir notas, continuaremos certificando as lacunas em vez eliminá-las”.

Todos os especialistas concordaram, porém, que promover essas mudanças nas práticas pedagógicas não é uma tarefa simples. Ana Valéria, coordenadora-geral de estratégia da educação básica do MEC, destacou o quanto é essencial que o ensino seja adaptado ao nível do estudante, e que não faz sentido mais trabalhar o mesmo tema da mesma maneira para todos os alunos, esperando ao fim que todos cheguem ao mesmo lugar. “Turmas

heterogêneas são regra, e não exceção. Só que é muito fácil pegar um microfone é dizer que a aula agora deve ser assim. Para dar uma aula diferente, o professor vai precisar de muito apoio de sua coordenação pedagógica, da gestão, da secretaria... Sozinho ele não dará conta de sua missão”, disse a representante do MEC.

Katia Smole, diretora-executiva do Instituto Reúna, também destacou que a organização das redes importa tanto quanto a intervenção pedagógica do professor em sala de aula. “Recomposição exige capacidade coletiva, não ações individuais. É um processo sistêmico, intencional e contínuo de reorganização das condições de ensino e aprendizagem. Não é o professor sozinho. É preciso um time inteiro, nas secretarias e nas escolas”.

Uma [pesquisa da Fundação Carlos Chagas para a Unesco](#), citada no seminário por Rodnei Pereira, pesquisador da fundação, revelou que as experiências mais promissoras de recomposição de aprendizagens em redes municipais eram justamente aquelas que conseguiam articular todas as etapas – currículo, formação, material didático, avaliação... – de forma coesa. “Falar isso parece óbvio. Mas não é tão fácil, pois, tradicionalmente, não é assim que organizamos nossas ações. Existe lá um departamento de material didático, outro para currículo, outro para avaliação... Tudo está muito departamentalizado nas redes. Só que, ao fim e ao cabo, são os professores e gestores escolares que acabam recebendo tudo isso e tendo que fazer uma colcha de retalhos”. Para Pereira, o grande desafio é substituir essa lógica de ações justapostas por uma infraestrutura pedagógica mais coerente em todo o sistema.



Confira todas as mesas do
**VI SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
DE GESTÃO
EDUCACIONAL**

bit.ly/4rxekYz

Aprendizagem em Foco é uma publicação produzida pelo Instituto Unibanco. Tem como objetivo adensar as discussões sobre o contexto educacional brasileiro, a partir de pesquisas, estudos e experiências nacionais e internacionais.

Para fazer algum comentário, envie um e-mail para: instituto.unibanco@institutounibanco.org.br

Para ler as edições anteriores, acesse: <https://bit.ly/BoletimAprendizagemFoco>

Produção editorial: Redação Antonio Gois; Edição Antonio Gois e Mayara Penina

Projeto gráfico e diagramação Estúdio Kanno; *Edição de arte* Fernanda Aoki